

Guedes quer privatizar Correios e Eletrobras ainda este ano, diz jornal



O ministro da Economia, Paulo Guedes, planeja fazer quatro grandes privatizações este ano, incluindo Correios e Eletrobras na lista. A decisão teria sido tomada na última reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), na semana passada. As informações são do jornal O GLOBO.

Parte dessas privatizações, como a da Eletrobras, porém, precisa passar pelo Congresso Nacional, e há dúvidas sobre o apoio dos parlamentares à venda das estatais.

Guedes incluiu novas empresas na lista de privatizações, antecipando processos que estavam previstos

para os próximos anos, para aumentar o caixa neste ano e minimizar os efeitos causados pela pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2).

Além da Eletrobras e os Correios, o ministro incluiu no plano de vendas o Porto de Santos e a Pré-Sal Petróleo S.A. Segundo a previsão, a Caixa Seguridade ainda deve abrir o capital por meio de uma oferta pública de ações.

As duas primeiras estatais já estão na lista de privatizações há mais tempo do que as demais. A decisão de ven-

der a Eletrobras, maior empresa de energia da América Latina, foi tomada em 2017,

pelo governo de Michel Temer (MDB). Os Correios, por sua vez, foram incluídos pelo governo de Jair Bolsonaro, no ano passado. Para vendê-lo, porém, também deverá ser preciso contar com apoio do Congresso, já que a Constituição prevê o monopólio estatal do serviço postal.

No caso do Porto de Santos, não é necessário contar com o aval de parlamentares. Segundo O GLOBO, o processo está sendo tocado pelo Ministério da Infraestrutura, que já contratou o BNDES para estudar a modelagem da venda.

Biznews

Negócios

De caixa eletrônico a open banking: Tecban quer unir o físico e o digital

Dona do Banco24Horas fez uma parceria com a fintech Ozone, fundada pelos formuladores britânicos do open banking, para ajudar as instituições brasileiras.

Página - 08



Economia



Abertura de empresas cai 29,5% em abril, mostra Ministério da Economia

A crise gerada pela pan-

demia de covid-19 na economia levou a acentuada queda na abertura de empresas em abril, segundo o Ministério da Economia, que divulgou hoje (18) o Boletim do Mapa de Empresas. Em abril deste ano, foram abertas 189.878 empresas, queda de 29,5% na comparação com igual mês de 2019.

Página - 03

Agronegócio



Agronegócio de exportação está indo bem, mas há problemas em outras áreas, diz presidente da Cargill no Brasil

O agronegócio brasileiro voltado à exportação “está

indo muito bem” e os embarques de soja, carro-chefe do setor no país, estão acima do que se esperava desde março, afirmou o presidente da Cargill no Brasil, Paulo Sousa, na Live do Valor desta quarta-feira. O executivo lembrou, porém, que isso não significa que o setor como um todo está imune à pandemia da covid-19. Há problemas em outras cadeias produtivas, sobretudo nas que são voltadas ao mercado doméstico.

Página - 05

Projeto brasileiro gera energia renovável com palha da cana-de-açúcar

Um projeto desenvolvido no Brasil com a palha da cana-de-açúcar para gerar energia renovável é candidato a um prêmio de inovação promovido pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Página - 05

No Mundo

China diz não querer interferir em eleições americanas após denúncia de ex-assessor de Trump

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Zhao Lijian, disse, nesta quinta-feira (18), que seu país não tem intenção de interferir nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, marcadas para novembro deste ano.

A declaração foi dada em resposta às acusações feitas por John Bolton, ex-assessor de segurança nacional dos EUA, em seu livro, segundo o qual o presidente Donald Trump pediu ajuda da China para ser reeleito.

Segundo Bolton, Trump teria pedido ao dirigente chinês, Xi Jinping, para comprar muitos produtos agrícola-

las americanos para ajudá-lo a conquistar estados agrícolas nas eleições deste ano.

Trump, escreve o ex-assessor, estava “implorando a Xi para garantir que ele vencesse. Ele ressaltou a importância dos agricultores e do aumento das compras chinesas de soja e trigo no resultado das eleições”.

“The Room Where It Happened: A White House Memoir” (a sala onde aconteceu: um livro de memórias da Casa Branca) tem lançamento previsto para o próximo dia 23. Antes mesmo de chegar às livrarias, já é o mais vendido pela Amazon americana.

Jornais americanos, como The New York Times, Washington Post e The Wall Street Journal, tiveram acesso antecipado ao livro de Bolton. Trechos publicados nesta quarta-feira (17) apontam que Trump, segundo o ex-assessor, vinculou abertamente negociações comerciais a intenções políticas pessoais, com o objetivo principal de garantir sua reeleição.

Nesta quinta-feira (18), o presidente fez uma publicação no Twitter acusando Bolton de ter feito “uma compilação de mentiras e histórias inventadas” com o intuito de prejudicá-lo.

Folhapress



Mais de 1% da população mundial sofre com deslocamento forçado



O número de pessoas forçadas a se deslocar continua crescendo, ano a ano, no mundo. No ano passado, 79,5 milhões de pessoas estavam deslocadas por guerras, conflitos e perseguições. É o maior número já verificado pela Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Mais de 1% da população mundial, uma em cada 97 pessoas, está neste momento em deslocamento forçado.

A Acnur divulgou ontem (18) o relatório Tendências Globais, que traz informações sobre a situação dos deslocados e refugiados em todo o mundo, anualmente. No final de 2018, eram 70,8 milhões de pessoas em deslocamento forçado. Segundo o documento, dois fatores podem explicar o crescente aumento nos números: os novos deslocamentos que ocorreram em 2019 na República Democrática do Congo, na região do Sahel, no Iêmen e na Síria, e a situação dos venezuelanos, que são 3,6 milhões que foram para outros países.

O conflito na Síria, que entrou no décimo ano, já fez 13,2 milhões de refugiados, solicitantes da condição de refugiado e pessoas desloca-

das internamente, totalizando um sexto dos deslocados no mundo.

No últimos 10 anos, pelo menos 100 milhões de pessoas foram obrigadas a fugir de casa em busca de refúgio em outras cidades e países. Em geral, 73% dos refugiados e deslocados são acolhidos em países vizinhos ao seu.

No ano passado, mais de 2 milhões de pessoas apresentaram solicitações de asilo. Os Estados Unidos foram o país que mais recebeu pedidos (301 mil), seguido de Peru (259.800), Alemanha (142.500), França (123.900) e Espanha (118.300).

No Brasil, o relatório foi apresentado em uma conferência virtual, que contou com a participação do porta-voz da Acnur no Brasil, Luiz Fernando Godinho, do secretário adjunto da Acnur no Brasil, Federico Martinez, do coordenador-geral do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), Bernardo Laferté, da diretora do Museu da Imigração, Ylmary de Perdomo, e de Alessandra Almeida, refugiada venezuelana no Brasil.

Marieta Cazarré/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Economia

Abertura de empresas cai 29,5% em abril, mostra Ministério da Economia

A crise gerada pela pandemia de covid-19 na economia levou a acentuada queda na abertura de empresas em abril, segundo o Ministério da Economia, que divulgou hoje (18) o Boletim do Mapa de Empresas. Em abril deste ano, foram abertas 189.878 empresas, queda de 29,5% na comparação com igual mês de 2019.

Por outro lado, os fechamentos de empresas chegaram a 58.623, queda de 41,1% na comparação com abril de 2019 (99.468).

Segundo o secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Rubin, uma das possibilidades para a queda no fechamento de empresas pode ser o fechamento de juntas comerciais devido

à necessidade de isolamento social ou a postergação da decisão dos empreendedores em virtude das medidas de socorro às empresas anunciadas pelo governo.

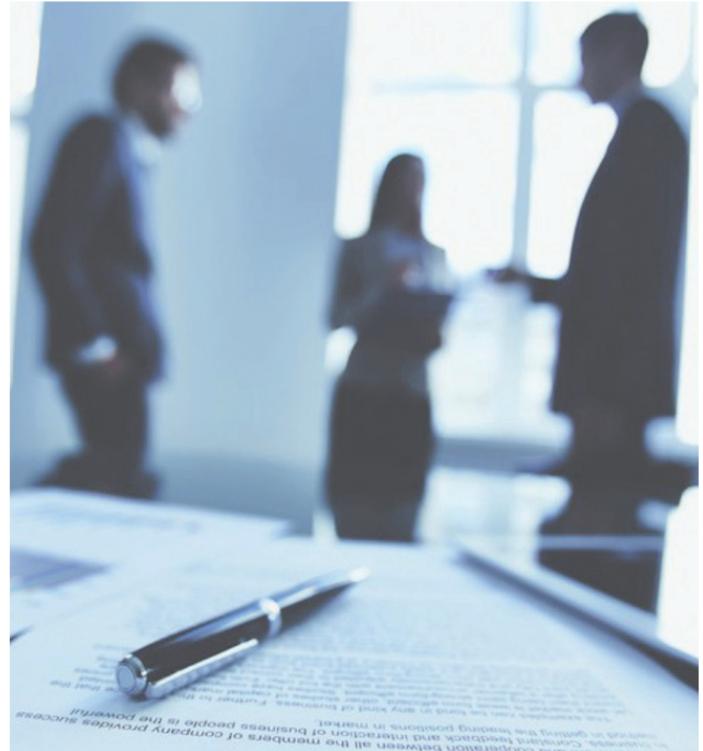
De acordo com o secretário, ainda é preciso esperar os próximos resultados para verificar a tendência para a abertura e fechamento de empresas. “Abril foi o mês com maiores percentuais de isolamentos social, consequentemente o efeito sobre a atividade econômica foi mais severo. Já em maio nós observamos o início da retomada da atividade produtiva e isso pode vir a impactar os indicadores de abertura de empresa e também o fechamento”.

De janeiro a abril, foram abertas 1.038.030 empresas, o que representa aumento de

1,2% em relação ao último quadrimestre de 2019 e queda de 1,1% quando comparado com o primeiro quadrimestre de 2019. No mesmo período, foram fechadas 351.181 empresas, queda de 6,6% no quantitativo de empresas fechadas se comparado com o último quadrimestre de 2019 e recuo de 12% em relação ao mesmo período no ano anterior. Com esses resultados, o saldo positivo ficou em 686.849 empresas abertas, recorde na série histórica iniciada em 2010. O número total de empresas ativas chegou a 18.466.444.

Segundo Rubin, o resultado do quadrimestre indica que o período anterior à pandemia “mostrava forte retomada a atividade empreendedora”.

Kelly Oliveira/ABR



Biodiesel segue em alta e pressiona preço do diesel nas bombas



O preço do biodiesel continua em escalada no país, colocando pressão sobre os preços do diesel em um momento de crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus. Segundo o MME (Ministério de Minas e Energia), o último leilão para adquirir o biocombustível teve preço médio de R\$ 3,53 por litro.

A esse valor, o litro de biodiesel nas usinas está custando quase três vezes mais do que o diesel de petróleo vendido pelas refinarias da Petrobras. Está mais caro, inclusive, que o litro de diesel nas bombas, já com impostos e margens de lucro de postos e distribuidoras.

O preço médio do leilão desta semana representa alta de 13% em 2020. Em relação ao leilão de junho de 2019, o aumento é de 51%. Para o setor de combustíveis, os novos preços podem representar um impacto de R\$ 0,10 por litro no preço final do diesel, que leva 12% de biodiesel e era vendido, em média no país, a R\$ 3,049 por litro na semana passada.

A escalada dos preços do biodiesel começou no início de 2019. No primeiro leilão daquele ano, o litro do biodiesel foi vendido por R\$ 2,33. Em outubro, o produto ultrapassou pela primeira vez

a barreira dos R\$ 3 por litro.

Na época, os produtores defenderam que a alta refletia aumento na cotação internacional do óleo de soja, principal matéria prima para o biodiesel, diante da guerra comercial entre China e Estados Unidos, que fez o gigante asiático buscar outras fontes de fornecimento no mundo.

O marco de R\$ 3 por litro foi ultrapassado dois meses depois da elevação do percentual de biodiesel adicionado ao diesel de petróleo, de 10% para 11%. O aumento para o patamar atual, de 12%, entrou em vigor em março e os produtores já pressionam por antecipação da mistura de 13%.

As regras atuais preveem o aumento da mistura obrigatória uma vez por ano, até chegar 15% em 2023. Desde agosto de 2019, as distribuidoras de combustíveis podem optar por percentuais maiores, mas com preços altos, vêm preferindo manter o patamar mínimo.

“É um aumento de 29% sobre o leilão anterior e de 14% sobre o recorde anterior”, diz o consultor Luiz Henrique Sanches. “Parece que a consolidação do programa [de adição de biodiesel] e os ganhos de escala não estão servindo para reduzir o preço.”

Nicola Pamplona/Folhapress

Política

Fabrício Queiroz é preso em SP na casa de advogado de Bolsonaro e de seu filho Flávio

O policial militar aposentado Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro e amigo do presidente Jair Bolsonaro, foi preso na manhã desta quinta-feira (18) em Atibaia, no interior de São Paulo. O mandado de prisão foi expedido pela Justiça do Rio de Janeiro -ele não era considerado foragido.

Queiroz estava em um imóvel do advogado Frederick Wassef, responsável pelas defesas de Flávio e do presidente Bolsonaro. Wassef é figura constante no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência, e em eventos no Palácio do Planalto.

A Operação Anjo é coordenada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, que indicou o paradeiro de Queiroz aos policiais de São Paulo. O ex-assessor de Flávio foi

transferido para o Rio de Janeiro na manhã da quinta-feira.

Ainda não houve denúncia, e a suspeita é de interferência de Queiroz nas investigações, por isso a prisão preventiva. A mulher de Queiroz, Márcia Aguiar, que foi assessora do hoje senador, também teve a prisão decretada -ela não foi encontrada em seu endereço e é considerada foragida.

Queiroz é investigado por participação em suposto esquema de “rachadinha” na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro. “Rachadinha” é quando funcionários são coagidos a devolver parte de seus salários. O filho de Bolsonaro foi deputado es-

tadual de fevereiro de 2003 a janeiro de 2019.

A operação que prendeu Queiroz em SP foi comandada pelo delegado Nico Gonçalves, chefe do Dope (Departamento de Operações Policiais Estratégicas) da Polícia Civil. Segundo ele disse à GloboNews, Queiroz estaria na casa do advogado há cerca de um ano.

O Dope foi criado pelo governador João Doria (PSDB-SP) em agosto do ano passado para coordenar ações em casos sensíveis, como extorsão mediante sequestro, agrupando policiais de diversas delegacias especializadas. Ela é vista dentro da polícia como a menina dos olhos do governador na área investigativa no estado.

Folhapress



MP que altera regras trabalhistas é aprovada na Câmara



A Câmara dos Deputados concluiu, nesta quarta-feira (17), a análise da medida provisória que altera regras trabalhistas durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19). Entre as medidas estão a previsão de adoção do teletrabalho, a antecipação de férias e de feriados e a concessão de férias coletivas. A matéria segue para o Senado.

A MP 927/20 prevê que acordo individual entre o empregado ou empregador deve se sobrepor sobre leis e acordos coletivos, respeitados os limites estabelecidos na Constituição. O texto estabelece ainda que o empregador poderá optar, caso queira, celebrar acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho com o sindicato da categoria profissional para adotar as medidas.

O único destaque aprovado pelos parlamentares prevê que quando houver paralisação total ou parcial das atividades da empresa por determinação do poder público, ficará suspenso o cumprimento de acordos trabalhistas em andamento.

No caso do teletrabalho, serviço realizado preponderante ou totalmente fora das

dependências do empregador, a MP define que fica a critério do empregador a alteração do regime presencial para o de teletrabalho, trabalho remoto ou outro tipo de trabalho à distância.

“O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, assim como de softwares, ferramentas digitais ou aplicações de internet utilizadas para o teletrabalho fora da jornada de trabalho normal do empregado não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso, exceto se houver previsão em acordo individual ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho”, define a MP.

O empregador também poderá determinar o retorno ao regime de trabalho presencial, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos, dispensado o registro prévio da alteração no contrato individual de trabalho.

A MP suspende a exigência do depósito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos empregadores em relação aos meses de março, abril e maio de 2020.

Heloisa Cristaldo/ABR

Projeto brasileiro gera energia renovável com palha da cana-de-açúcar

Um projeto desenvolvido no Brasil com a palha da cana-de-açúcar para gerar energia renovável é candidato a um prêmio de inovação promovido pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

O Projeto SUCRE (Sugarcane Renewable Electricity) tem como objetivo reduzir as emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE) por meio da geração de energia renovável, com o aumento do uso de palha de cana, antes considerada “resíduo”, para complementar o bagaço já utilizado nas usinas.

O setor, que anteriormente queimava a palha da cana-de-açúcar, usa agora um sistema de manutenção da palha na superfície do solo, com apenas uma parte sendo

recolhida para ser utilizada nas usinas como complemento ao bagaço, na geração de eletricidade.

A palha é considerada fonte de energia com baixa emissão de GEE e seu recolhimento sustentável contribui para as políticas setoriais e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para alcançar as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Os resultados mostram que, considerando o bagaço e a palha, o setor sucroenergético tem a possibilidade de suprir cerca de 80% da demanda residencial brasileira de eletricidade, impedindo anualmente a emissão de 50 milhões de toneladas de CO₂ para a atmosfera.

O Projeto SUCRE é acompanhado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e é gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A iniciativa, que já completa cinco anos, é executada pelo Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR), do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), organização supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Para sua viabilização, contou com financiamento do GEF, de 7,8 milhões de dólares, ao longo dos anos de execução.



Agronegócio de exportação está indo bem, mas há problemas em outras áreas, diz presidente da Cargill no Brasil



O agronegócio brasileiro voltado à exportação “está indo muito bem” e os embarques de soja, carro-chefe do setor no país, estão acima do que se esperava desde março, afirmou o presidente da Cargill no Brasil, Paulo Sousa, na Live do Valor desta quarta-feira. O executivo lembrou, porém, que isso não significa que o setor como um todo está imune à pandemia da covid-19. Há problemas em outras cadeias produtivas, sobretudo nas que são voltadas ao mercado doméstico.

Segundo Sousa, o ritmo acelerado dos embarques de soja tem sido alavancado pela competitividade oferecida pela desvalorização do real ante o dólar e pela “vontade do produtor brasileiro em vender a valores recordes em real”. Ao mesmo tempo, a China, principal cliente da soja brasileira, que responde por mais de 70% dos embarques do país, procurou reforçar seus estoques, que estavam baixos. “Teve um alinhamento de planetas que foi muito positivo”.

Segundo o executivo, é esperada uma queda das exportações de soja no segundo semestre, com a entrada da safra americana no mercado a partir de setembro e outubro. “É esperado que a curva, em nível altíssimo, venha a cair um pouco”, disse. Sousa ob-

servou que a China já está aumentando suas compras do grão dos EUA, onde a colheita desta safra 2020/21 terá início em agosto. Em janeiro, Washington e Pequim assinaram a primeira fase de um acordo comercial que tende a levar os chineses a novamente ampliarem as compras de produtos agrícolas americanos.

Nesse contexto, o executivo afirmou que não teme que o Brasil, que no mercado de soja foi beneficiado pela guerra comercial entre EUA e China, deflagrada em 2008, seja prejudicado se a relação entre as potências voltar ao normal. Segundo ele, não haverá problemas de volume de vendas, embora os preços possam sofrer “ajustes”.

Sousa observou, porém, que as boas relações comerciais entre Brasil e China têm que ser preservadas. “É muito preocupante ver oficiais do governo brasileiro insultando nosso maior cliente, nem muito inteligente”, disse ele em referência à China. O presidente da Cargill no Brasil disse não ver, “hoje”, risco de que declarações de membros do governo prejudiquem as exportações brasileiras, mas afirmou que isso gera cautela no setor de grãos e carnes, já que “ninguém gosta de levar insulto pra casa”.

Valor/Biznews

Europa cria 'selo verde' para priorizar investimento em atividades sustentáveis



O Parlamento Europeu aprovou nesta quinta (18) novas regras para determinar se uma atividade econômica é ambientalmente sustentável. O "selo verde" será atribuído a empresas e projetos, e deve guiar investimentos públicos na União Europeia.

Outro objetivo é que qualquer investidor, pessoa física ou jurídica, saiba se seu dinheiro está sendo aplicado em atividades que colaboram para a preservação do ambiente ou a prejudicam.

A legislação estabelece cinco objetivos ambientais, e a atividade recebe o "selo verde" se contribuir para pelo menos um deles sem prejudicar significativamente nenhum dos outros.

Os objetivos que precisam ser atendidos são 1) redução das mudanças climáticas ou adaptação a elas, 2) uso sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, 3) transição para a economia circular (incluindo prevenção de resíduos), 4) prevenção e controle da poluição e 5) proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas.

A lei também pretende coibir o chamado "greenwashing", prática de fornecer informações falsas sobre produtos ou atividades (como, por exemplo, afirmar que usa produtos reciclados, consome menos energia ou promove biodiversidade).

"Todos os produtos financeiros que afirmam ser sustentáveis terão que provar isso seguindo critérios rigorosos", afirmou o relator do Comitê de Assuntos Econômicos, o eurodeputado pela Holanda Bas Eickhout, do Partido Verde.

Embora a lei entre em vigor assim que publicada, os critérios específicos para o primeiro objetivo devem estar prontos só no final deste ano, e os outros quatro, no final de 2021.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

Maranello Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.779.333/0001-80

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Controladora	Consolidado	Capital social	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Participação não	Patrimônio líquido
	2018	2017	social	Reserva de lucros	Patrimônio líquido	controladores	controladores	consolidado
	(não auditado)							
Ativo/Circulante	32.388	120	27.906.779					
Caixa e equivalentes de caixa	32.027	120	5.022.175					
Contas a receber	-	-	17.813.379					
Estoques	-	-	1.943.868					
Adiantamentos	-	-	261.219					
Impostos a recuperar	360	-	2.866.138					
Não circulante	98.095.637	111.471.484						
Realizável a longo prazo	98.095.637	111.471.484						
Tributos diferidos	-	-	1.846.523					
Depósitos judiciais	-	-	1.227.971					
Outros créditos	-	-	37.548					
	-	-	3.112.042					
Investimento	98.095.637	-	-					
Imobilizado	-	-	13.103.128					
Intangível	-	-	95.256.314					
Total do ativo	98.128.025	120	139.378.263					
Passivo/Circulante	9.799.170	33.464.032						
Fornecedores	-	-	6.158.239					
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	3.306.261					
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.599.956					
Tributos a recolher	125	-	1.276.191					
IRPJ e contribuição social a recolher	-	-	4.285.483					
Parcelamento de tributos	-	-	605.396					
Compromissos a pagar por aquisição de empresa	9.799.045	-	9.799.045					
Outras contas a pagar	-	-	433.463					
Não circulante	29.397.581	46.533.528						
Empréstimos e financiamentos	-	-	13.409.413					
Parcelamento de tributos	-	-	2.194.519					
Provisão para contingência	-	-	1.532.015					
Outras contas a pagar	447	-	447					
Compromissos a pagar por aquisição de empresa	29.397.134	-	29.397.134					
Patrimônio líquido	58.931.273	120	59.380.703					
Capital social	60.765.250	120	60.765.250					
Prejuízo acumulado	(1.833.977)	-	(1.833.977)					
Total do patrimônio líquido dos acionistas	58.931.273	120	58.931.273					
Participação dos acionistas não controladores	-	-	449.429					
Total do passivo e patrimônio líquido	98.128.025	120	139.378.263					
Demonstrações de Resultados Abrangentes								
	Controladora	Consolidado						
	2018	2017						
	(não auditado)							
Prejuízo do exercício	(1.833.977)	-	(1.538.739)					
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-					
Outros resultados abrangentes	-	-	-					
Resultado abrangente total	(1.833.977)	-	(1.538.739)					
Resultado abrangente atribuível a:								
Acionista controlador	-	-	(1.833.977)					
Participações não controladoras	-	-	295.238					

Bruno Augusto Sacchi Zaremba – Diretor Presidente
Luciana dos Santos Uchoa – Contadora CRC RJ 081.003/O-8

Maranello Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.779.333/0001-80

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Controladora	Consolidado	Capital social	Reserva de lucros	Patrimônio líquido	Participação não	Patrimônio líquido
	2019	2018	social	Reserva de Reten-	Patrimônio líquido	controladores	consolidado
	(não auditado)		Capital a inte-	ção de Reten-	dos	controladores	consolidado
			gralizar	ção de Patri-	controla-	controladores	consolidado
			Legal	monial	dores	controladores	consolidado
			Lucros	Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Acumulados	Acumulados	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	dores	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	controla-	controladores	consolidado
			Reserva de Lucros	Res			

Negócios

De caixa eletrônico a open banking: Tecban quer unir o físico e o digital

Dona do Banco24Horas fez uma parceria com a fintech Ozone, fundada pelos formuladores britânicos do open banking, para ajudar as instituições brasileiras

Os pagamentos digitais ganharam força durante o período de isolamento social e podem receber um novo empurrãozinho com o open banking. A iniciativa – que deve transformar o sistema financeiro brasileiro ao permitir que empresas e startups acessem dados bancários de clientes que autorizarem as consultas – tem o intuito de impulsionar a concorrência e criar um ambiente menos concentrado com a entrada de novos provedores de serviços interessados em facilitar o dia a dia dos consumidores.

Com isso, todos os participantes desse ecossistema precisarão se adaptar à nova realidade. Inclusive, a Tecban, administradora dos 23.000 caixas eletrônicos da rede Banco24Horas, por onde passam 4,6% do pro-

duto interno bruto brasileiro.

Conhecida por facilitar o acesso ao dinheiro físico, a companhia que faturou 2,37 bilhões de reais e lucrou 57 milhões de reais no ano passado quer agora ajudar o setor financeiro a se adequar ao open banking. Para isso, fez uma parceria inédita com a fintech britânica Ozone, fundada pelos formuladores do open banking no Reino Unido.

“O nosso objetivo com a parceria é fazer com que as instituições tenham redução de custos na implementação do open banking”, explica Tiago Aguiar, diretor de novas plataformas da Tecban.

Segundo o executivo, as conversas com bancos e fintechs já começaram. “A plataforma é modular e permite que os participantes do mercado escolham se querem a infraestrutura completa ou se querem desenvolver parte da sua infraestrutura. Mas, no fim, todas precisam conversar entre si”, afirma.

O primeiro passo será

fazer testes em um espaço controlado (ou sandbox) da Ozone, onde serão desenvolvidos aplicativos e serviços de acordo com as diretrizes já estabelecidas. Os resultados devem impulsionar a inovação e apoiar a criação de parâmetros antes da implementação do open banking no Brasil, que deverá ter as primeiras trocas de informações de clientes em 31 de maio do ano que vem.

No Reino Unido, foram necessários três anos para definir e implementar o padrão de open banking, e a jornada ainda não está concluída. “Criamos a Ozone, porque vimos como era difícil para bancos e fintechs interpretarem e implementarem o padrão sem uma sandbox totalmente funcional”, diz Chris Michael, cofundador e CEO da Ozone, em nota. A plataforma foi usada por centenas de bancos e terceiros enquanto eles testavam suas proposições.

Exame/Biznews



Europa afirma que vai tributar gigantes de tecnologia até o fim deste ano



A União Europeia, o governo francês e a OCDE (que reúne 37 entre os principais países do mundo) afirmaram nesta quinta (18) que mantêm seus planos de criar e implantar um tributo sobre serviços digitais, que incidiria sobre as gigantes de tecnologia, como Apple, Facebook e Google.

Os anúncios são uma resposta à decisão dos Estados Unidos, na quarta (17), de abandonar as negociações para a criação do tributo na OCDE.

O governo Trump tem reagido a tentativas de tributar as companhias americanas e, no começo deste mês, abriu investigações comerciais para elevar tarifas de importação de países que adotarem taxas digitais.

Além da França, Espanha, Itália e Reino Unido defendem a criação do tributo digital, e a Comissão Europeia (Poder Executivo da UE) já afirmou que essa seria uma das fontes de renda para a reconstrução da economia afetada pela pandemia.

Nesta quinta, o porta-voz

da Comissão para assuntos tributários, Daniel Ferrie, afirmou que, se o trabalho da OCDE não chegar a uma conclusão, a UE fará sua própria proposta até o final deste ano.

O secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, afirmou que o órgão vai concluir seus trabalhos em 2020. “Já passou da hora de adotar uma solução para o desequilíbrio tributário causado pela digitalização da economia [na qual os serviços prestados pelas empresas de tecnologia, como venda de anúncios, escapam de pagar tributos nos países em que são prestados]”, afirmou.

Há três anos, a organização vem trabalhando numa proposta com 137 membros de seu quadro inclusivo. Além de permitir que as gigantes de tecnologia sejam tributadas pelos serviços que prestam em cada país, a OCDE estuda unificar as alíquotas de imposto corporativo, para impedir que as companhias se beneficiem de “paraísos fiscais”.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress